



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPIRACA/AL**

**Processo: 07008041820208020058/0002 - Cumprimento de Sentença**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO DOS SANTOS BORGES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação. Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.**

Desde já a ré **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** e de modo espontâneo, nos termos do art. 218, §4º, CPC, pois o cálculo está eivado de vícios e claramente em dissonância com a condenação imposta. Inicialmente é de ser verificado que não consta inserido a ferramenta utilizada para elaborar o cálculo, em dissonância à previsão do art. 524, CPC e tão somente a inserção dos valores no bojo da petição. Frisa-se que, pela peça, houve inserção de juros sem cumprir o dispositivo da sentença, que determina que a partir da citação incidiria juros de mora com INDEXADOR ÚNICO a TAXA SELIC, conforme feito no cálculo em anexo e não observado pela parte autora. Por óbvio, os honorários do cálculo também estão equivocados, pois trata-se de percentual incidindo em cálculo apurado indevidamente.

Pelo exposto, resta evidente o **EXCESSO** no cálculo da parte autora, sendo correto e devido o valor do pagamento ora comunicado, cujo cálculo foi feito corretamente e no termo da condenação imposta na sentença de folhas 137/140 e 149. Desta forma, caso não haja concordância com o pagamento, o que não espera, pugna pela **PROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO**, tendo em vista que o erro é claro e dispensa inclusive atuação da contadoria, pois de notória verificação o não cumprimento do dispositivo da sentença, e posterior extinção dos autos nos termos do art. 924, II, CPC.

Termos em que,

Pede Juntada.

ARAPIRACA, 22 de março de 2022.

**João Barbosa**  
OAB/AL 3564A

**NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**  
5624 - OAB/AL

~